JOÃO PESSOA - PARAÍBA, ABRIL DE 2014 - EDIÇÃO Nº 15

SOLENIDADE

Promotores são empossados pelo procurador-geral de Justiça

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB), Bertrand de Araújo Asfora, deu posse no último dia 22 aos promotores de Justiça Herbert Vitório Serafim de Carvalho, Artemise Leal Silva e Adriana Amorim de Lacerda. Os dois primeiros foram promovidos e Adriana Amorim foi removida, pelo critério de merecimento, da 3ª Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente de Campina Grande para o cargo de promotora de Defesa da Saúde da Promotoria de Justiça dos Direitos Difusos de Campina Grande.

Por critério de merecimento. Herbert Vitório foi promovido de 16º promotor de Justiça auxiliar de 3ª Entrância para o cargo de 3º promotor de Justiça de Família e Sucessões da Promotoria de Justiça da Família e Sucessões de Campina Grande.

Já Artemise Leal foi promovida pelo critério de antiguidade de 8ª promotora de Justiça auxiliar de 3ª Entrância para o



PROMOÇÃO E REMOÇÃO APMP participa de posse de promotores

cargo de 5ª promotora de Justiça Criminal da Promotoria de Justica Criminal de Campina Grande.

As posses, ocorridas no gabinete do procurador-geral de Justiça, foram acompanhadas pelo secretário-geral do MPPB, Carlos Romero Lauria Paulo Neto, e pelo presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), promotor de Justica Francisco Seráphico.

BENEFÍCIOS

APMP apresenta três requerimentos ao PGJ

A Associação Paraibana do Ministério Público apresentou ao procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora, três requerimentos em benefício dos associados. O primeiro deles é destinado à modificação das regras das diárias e substituição cumulativa; o segundo objetiva a implementação do auxilio moradia; e o terceiro busca a isenção da contribuição previdenciária e do imposto de renda sobre férias gozadas e licença maternidade.

Com relação às diárias, foi requerida a correção no valor das diárias (congelado desde 2006), com perda de mais de 50% do valor real; bem como a revogação do limite de quatro diárias por mês, considerando o seu caráter indenizatório; e, ainda, a revogação da vedação de recebimento de diárias, no caso de deslocamento dentro da região metropolitana (diante de ser um critério eminentemente político).

Também foi pedida, no mesmo requerimento, a alteração das regras e aumento do valor destinado à substituição cumulativa, além da instituição do pagamento da diferença de entrância, independentemente da substituição cumulativa.

O segundo requerimento trata do auxilio moradia, com fundamento no art. 51 da LC 97/2010, benefício que já foi instituído por diversos Ministérios Públicos, como aconteceu no MPF e nos MP's do Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Pará, entre outros. Por isso, a APMP requereu que fosse regulamentado, através de critérios objetivos estabelecidos em Resolução do Colégio de Procuradores, o pagamento de auxílio moradia aos membros do MPPB, com efeitos retroativos ao quinquênio anterior.

O último requerimento versa sobre a isenção da contribuição previdenciária e imposto de renda sobre "férias gozadas" e licença maternidade, pedindo, ainda, que sejam restituídos os valores indevidamente descontados nos últimos dez anos.



APMP assina convênio com berçário

A Associação Paraibana do Ministério Público assinou um convênio com o Espaço Desenvolver Berçário e Educação Infantil. O objetivo é ofertar ao associado um preço diferenciado para aqueles que necessitarem do serviço. A instituição recebe crianças de seis meses a quatro anos de idade.

O Espaço Desenvolver oferece dois horários e também tempo integral. Pela manhã funciona de 7h30 às 12h30. Já pela parte da tarde é de 13h30 às 18h30, ou nos dois horários.

O associado terá desconto na mensalidade e também isenção na taxa de matrícula. Vale salientar também, que está incluso no valor da mensalidade, a alimentação da criança: lanche da manhã, o almoço, o lanche da tarde e o jantar.

O berçário pertence a irmã da procuradora de Justiça, Janete Ismael da Costa Macedo.

PARCERIA

Todas as atividades do Espaço Desenvolver são lúdicas e planejadas, e seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução Número 5, de 17 de Dezembro de 2009) do Mec (Ministério da Educação).

Além disso, trabalha com diversas áreas de conhecimento como: Artes, Matemática, Natureza e Sociedade, Movimento, Identidade, Socialização e Língua Portuguesa (também com iniciação em Língua Inglesa).

Todos os profissionais possuem formação adequada, experiência na área, e já haviam trabalhado anteriormente com a nossa Diretora Pedagógica Socorro Ismael, com mais de 30 anos de experiência na área de Educação.



SAIBA MAIS

Para mais informações, o associado pode ligar para os números:

(83) 3023-1841 (83) 8869-2807

Assembléia Ordinária da APMP aprova contas

No dia 11 de abril, a Associação Paraibana do Ministério Público convocou todos os seus associados titulares para a Assembleia Geral Ordinária, na Sede Administrativa da APMP, em João Pessoa. O objetivo da assembleia foi para deliberar a respeito da tomada de contas da Diretoria e examinar e discutir o parecer do Conselho Fiscal. Durante a reunião, as contas foram aprovadas pelos presentes as contas da entidade.

ENTREVISTA

Diálogo como chave para o fortalecimento da classe

A entrevista desta semana será coma procuradora de Justiça da 2ª Câmara Cível, **Lúcia de Fátima Maia de Farias** (foto) . Na entrevista, a procuradora fala sobre alguns aspectos da sua carreira e os principais desafios do cargo de procurador de Justiça.

Quando entrou no MP e por quais promotorias passou? Quando aconteceu a sua promoção ao cargo de procuradora de Justiça?

Assumi a Promotoria de Alagoa Nova. Depois fui para Campina Grande e Santa Rita. Naquela época existia o cargo de Promotor substituto da Capital e conseguir ser promovida para João Pessoa, onde assumi varias promotorias. Em 2003 fui promovida ao cargo de procuradora de Justiça e fiquei lotada na segunda Câmara cível até hoje, onde atuo na área cível.

Quais são os desafios enfrentados no dia-a-dia? Quais são os casos mais frequentes que passam pela Procuradoria?

Os desafios que enfrento são inerentes a nossa profissão, ou seja, estudar cada processo com muito cuidado, observando prazos, rapidez na devolução dos mesmos; analisar nulidade e o mérito da causa. Na verdade não posso dizer com precisão qual a predominância de processos que tramitam nesta câmara, pois há uma variedade de casos.

Como aproximar e fortalecer as funções de primeiro e segundo graus?

Eu acho que o diálogo deve existir como forma de fortalecimento da classe, para que haja esta aproximação nas duas esferas.